

**Congresso Nacional  
Setembro/2014**

# *Informativo Conjunto PLOA 2015*

*Principais aspectos característicos do Projeto de Lei Orçamentária para 2015  
(PL nº 13/2014-CN, encaminhado por intermédio da Mensagem nº 251/2014)*



**Consultoria de Orçamento e  
Fiscalização Financeira – Câmara dos  
Deputados**

**Consultoria de Orçamentos,  
Fiscalização e Controle – Senado  
Federal**

Endereços na *internet*:

<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento/>

<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal/>



## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

### PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 INFORMATIVO CONJUNTO

Principais aspectos característicos do projeto de lei orçamentária para 2015 – PL nº 13/2014-CN, encaminhado por intermédio da Mensagem nº 251/2014.

Por meio da Mensagem nº 251/2014, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária para 2015 – PL nº 13/2014-CN (PLOA 2015).

O presente Informativo Conjunto destaca os principais aspectos que caracterizam a proposta orçamentária encaminhada. Em acréscimo às informações aqui apresentadas, as Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal divulgarão Nota Técnica Conjunta relativa ao PLOA 2015, com vistas a melhor subsidiar a discussão e a apreciação da matéria no âmbito do Congresso Nacional.

#### 1. Variáveis Macroeconômicas

As variáveis macroeconômicas que fundamentam a proposta orçamentária estão indicadas na tabela a seguir, a qual apresenta tanto os valores estimados para 2015 como os considerados no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre de 2014, divulgado pelo Poder Executivo.

##### Projeção de Variáveis Macroeconômicas

Descrição	Rel. Avaliação 3º Bim. 2014	PLOA 2015
PIB (R\$ bilhões)	5.258,8	5.756,5
Crescimento real do PIB	1,80%	3,00%
IPCA acumulado	6,20%	5,00%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	2,29	2,50
Taxa de juros Selic (Média)	10,88%	10,90%
Crescimento nominal da massa salarial	11,27%	10,35%
Salário mínimo (R\$)	724,00	788,06
Reajuste nominal do salário mínimo	6,78%	8,85%

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (3º bim./2014) e PLOA 2015

Destaca-se o fato de que as projeções indicadas pelo governo são mais otimistas que as apontadas pelo mercado. Segundo relatório Focus, de 29 de agosto de 2014, divulgado pelo Banco Central, o mercado projeta, para o exercício de 2015, inflação medida pelo IPCA de 6,29% e variação real do PIB de apenas 1,10%. No que se refere ao crescimento do PIB em 2014, referido relatório apresenta estimativa de apenas 0,52%.

#### 2. Principais Componentes do PLOA 2015

O projeto de lei orçamentária anual contempla os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais. A próxima tabela apresenta os valores relativos a



## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

receitas e despesas de cada orçamento, inclusive valores líquidos do refinanciamento da dívida pública.

### PLOA 2015 - Principais Componentes (R\$ bilhões)

Descrição	PLOA 2015		Refinanciamento da Dívida		PLOA 2015 (Líquido de Refinanciamento)	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Orçam. Fiscal e da Seg. Social	2.863,4	2.863,4	868,6	868,6	1.994,8	1.994,8
Fiscal	2.168,5	2.079,0	868,6	868,6	1.299,9	1.210,4
Seguridade Social	694,8	784,4	-	-	694,8	784,4
(+) Orçam. Invest. das Estatais	105,7	105,7	-	-	105,7	105,7
(-) Total do Projeto	2.969,1	2.969,1	868,6	868,6	2.100,5	2.100,5

Fonte: PLOA 2015 e BI Gerencial/SOF

Como se observa, a receita relativa aos orçamentos fiscal e da seguridade social alcança R\$ 1.994,8 bilhões (líquidos de operações relativas ao refinanciamento da dívida), sendo R\$ 1.533,8 bilhões (77%) referentes a receitas correntes e R\$ 461,0 bilhões (23%) a receitas de capital. A receita corrente líquida, apurada em conformidade com o art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000, está estimada em R\$ 807,9 bilhões.

Destaque-se que a integralidade das despesas da seguridade social (R\$ 784,4 bilhões) não pode ser atendida por suas receitas (R\$ 694,8 bilhões). Assim, a diferença de R\$ 89,5 bilhões é coberta por receitas do orçamento fiscal.

### 3. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza da Despesa

No PLOA 2015, os recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social são distribuídos, por grupos de natureza da despesa (GND), segundo a tabela a seguir, a qual também informa os valores autorizados para 2014.

#### Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - Despesas por GND (R\$ bilhões)

Discriminação	Autorizado 2014	PLOA 2015
1 - Pessoal e encargos sociais	241,7	256,0
3 - Outras despesas correntes	956,6	1.053,3
4 - Investimentos	83,9	60,9
5 - Inversões financeiras	88,2	95,0
9 - Reserva de contingência	32,3	41,6
Recursos livres	7,7	16,2
Recursos próprios e vinculados	24,6	25,4
<b>Subtotal 1 (despesas exceto serviço da dívida)</b>	<b>1.402,7</b>	<b>1.506,8</b>
2 - Juros e encargos da dívida	198,5	225,2
6 - Amortização da dívida	970,9	1.131,4
Amortização efetiva	153,9	211,8
Refinanciamento da dívida contratual	7,0	4,5
Refinanciamento da dívida mobiliária	800,1	863,6
Saldo negativo do BACEN	9,9	51,5
<b>Subtotal 2 (serviço da dívida)</b>	<b>1.169,3</b>	<b>1.356,6</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>2.572,0</b>	<b>2.863,4</b>

Fonte: PLOA 2015 e BI Gerencial/SOF



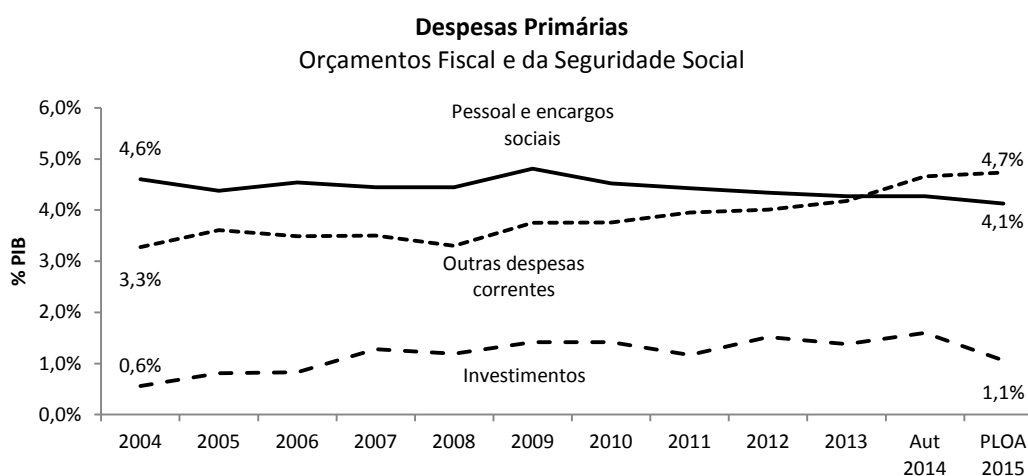
## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

Relativamente aos valores autorizados em 2014, sobressai o fato de que, em termos nominais, somente houve decréscimo em investimentos (GND 4), com redução de 27,4%. No tópico adiante é evidenciada a evolução plurianual desse grupo de despesa, como percentual do PIB.

### 3.1. Despesas primárias

O gráfico a seguir apresenta o comportamento, em relação ao PIB, das despesas com pessoal e encargos sociais (GND 1), outras despesas correntes (GND 3) – estas líquidas de transferências constitucionais e gastos previdenciários e assistenciais relativos ao RGPS, LOAS, seguro-desemprego, abono salarial e Bolsa Família – e investimentos (GND 4).



Fonte: BI Gerencial/SOF

O gráfico traçado revela que, na última década, enquanto as despesas com pessoal (GND 1) apresentaram pequeno decréscimo, da ordem de 0,5% do PIB, há uma tendência de aumento em outras despesas correntes (GND 3), com acréscimo de aproximadamente 1,4% do PIB, no mesmo período. Já em relação aos investimentos, conforme já ressaltado, constata-se queda no montante proposto para 2015 em relação ao valor autorizado em 2014.

Em relação às despesas com pessoal, cumpre informar que o PLOA 2015 contempla R\$ 13.156,2 milhões para reestruturação das carreiras e aumento de remuneração, sendo R\$ 348,3 milhões para o Poder Legislativo, R\$ 1.322,7 milhões para o Poder Judiciário, R\$ 214,7 milhões para o Ministério Público da União, R\$ 10,2 milhões para a Defensoria Pública da União e R\$ 11.260,3 milhões para o Poder Executivo. Além disso, o PLOA 2015 também autoriza despesas com criação/provimento de cargos da ordem de R\$ 2.438,9 milhões.

### 4. Resultados Fiscais

De acordo com o projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2015 (PLDO 2015), ainda não aprovado pelo Congresso Nacional, a meta de superávit primário do governo central é de R\$ 114,7 bilhões para o exercício de 2015, a qual pode ser reduzida em até R\$ 28,7 bilhões relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em conformidade com essa disposição, a meta de resultado primário considerada na proposta apresentada, de R\$ 86,0 bilhões, já contempla a redução R\$ 28,7 bilhões.



## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF  
 Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

A tabela a seguir apresenta os principais componentes dos resultados primário e nominal do governo central constantes do PLOA 2015.

### Demonstração das Metas para os Resultados Primário e Nominal do Governo Central\* (R\$ bilhões)

Descrição	Reprogramação 2014**		PLOA 2015	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
Receita primária	1.306,3	24,84%	1.465,8	25,46%
(-) Despesas primárias	1.223,9	23,27%	1.379,6	23,97%
Transferência por repartição de receita	208,8	3,97%	228,1	3,96%
Pessoal e encargos sociais	224,4	4,27%	237,7	4,13%
Previdência	386,9	7,36%	436,3	7,58%
Demais despesas primárias	403,7	7,68%	477,5	8,29%
(=) Resultado primário (regime orçamentário)	82,5	1,57%	86,2	1,50%
(-) Outros fatores que afetam o resultado primário	6,0	0,11%	5,5	0,10%
Empréstimos líquidos	0,6	0,01%	0,4	0,01%
Subsídios implícitos e outras despesas extra-orçamentárias	5,4	0,10%	5,1	0,09%
(+) Ajustes de regime de caixa/orçamentário	4,3	0,08%	5,3	0,09%
(=) Resultado primário do Governo Central - abaixo da linha	80,8	1,54%	86,0	1,49%
(-) Juros (regime de competência)	191,4	3,64%	195,9	3,40%
(=) Resultado nominal do Governo Central	-110,6	-2,10%	-109,9	-1,91%

Fonte: PLOA 2015 e BI Gerencial/SOF

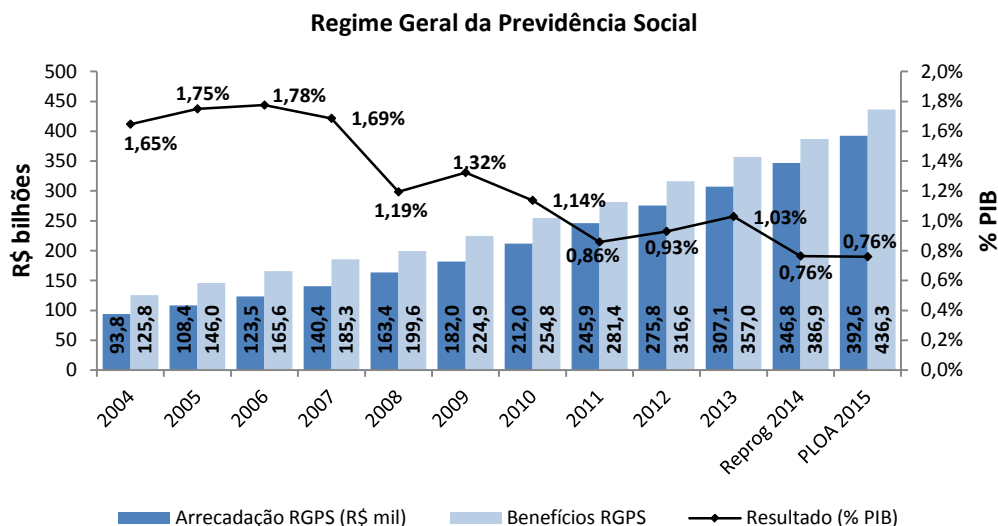
(\*) O conceito de governo central abrange os orçamentos fiscal e da seguridade social da União.

(\*\*) Receitas e despesas estimadas com base no Relatório de Reavaliação de Receitas de Despesas Primárias – 3º Bim./2014.

O superávit primário projetado para 2015, no valor de R\$ 86,0 bilhões, não é suficiente para suportar os juros nominais de R\$ 195,9 bilhões, de modo que se estima um déficit nominal de R\$ 109,9 bilhões para o período, com conseqüente aumento nominal da dívida pública federal.

## 5. Previdência Social

A necessidade de financiamento do regime geral da previdência social, em percentual do PIB, tem apresentado tendência de redução desde 2007. Na proposta orçamentária para 2015, contudo, verifica-se um cenário de estabilidade em relação a 2014.



Fonte: BI Gerencial/SOF



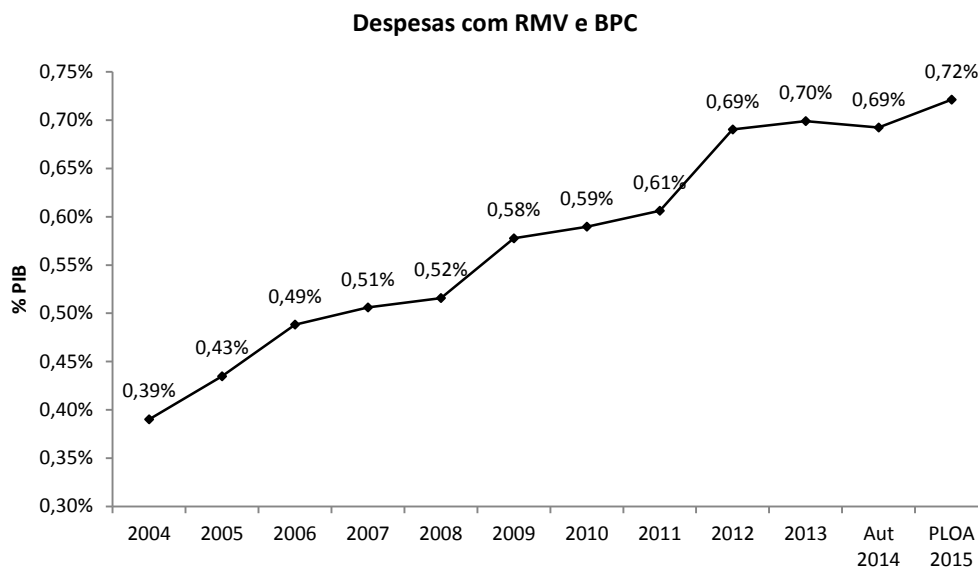
## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

### 6. Outras Despesas com Transferências

#### 6.1. Despesas com Benefícios Assistenciais (RMV/BPC)

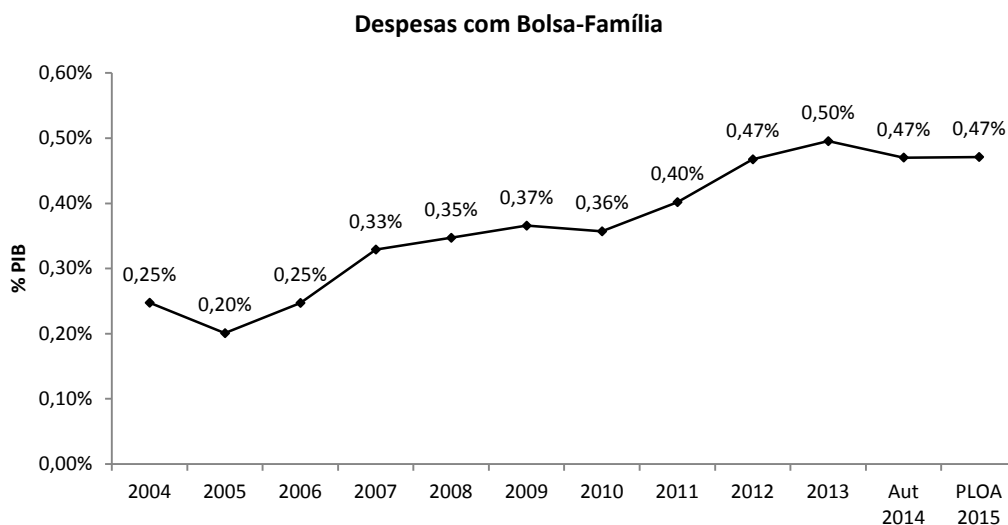
As despesas com Renda Mensal Vitalícia (RMV) e Benefícios de Prestação Continuada (BPC) somam R\$ 41,5 bilhões na proposta orçamentária para 2015, valor equivalente a 0,72% do PIB. Trata-se do maior valor constante da série histórica indicada no gráfico adiante.



Fonte: BI Gerencial/SOF

#### 6.2. Despesas com Bolsa-Família

As despesas com o programa bolsa-família somam R\$ 27,1 bilhões no PLOA 2015. Esse montante corresponde a 0,47% do PIB, o mesmo valor autorizado para 2014, conforme registrado no próximo gráfico.



Fonte: BI Gerencial/SOF

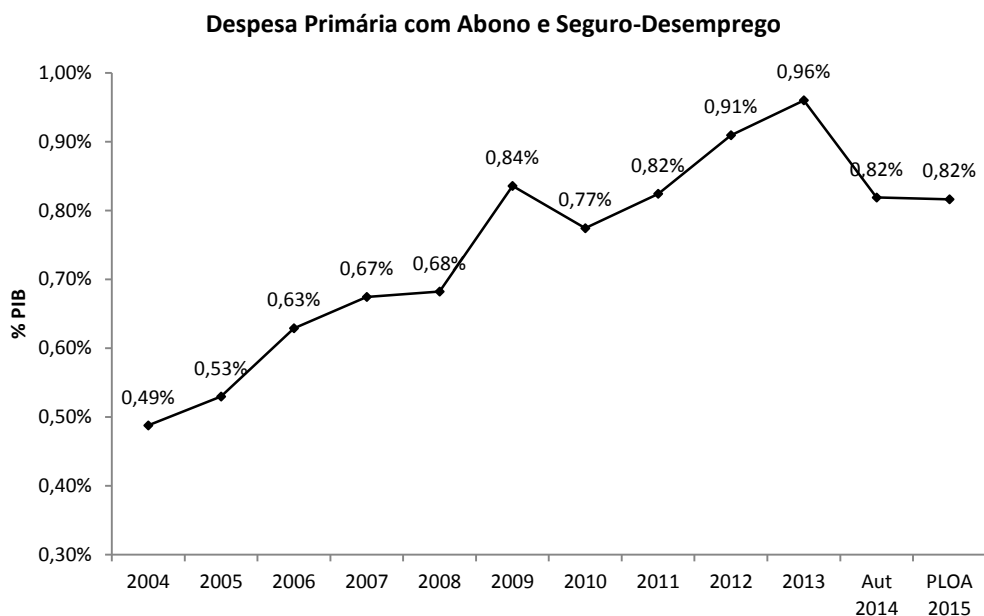


## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

### 6.3. Despesas com Abono e Seguro-Desemprego

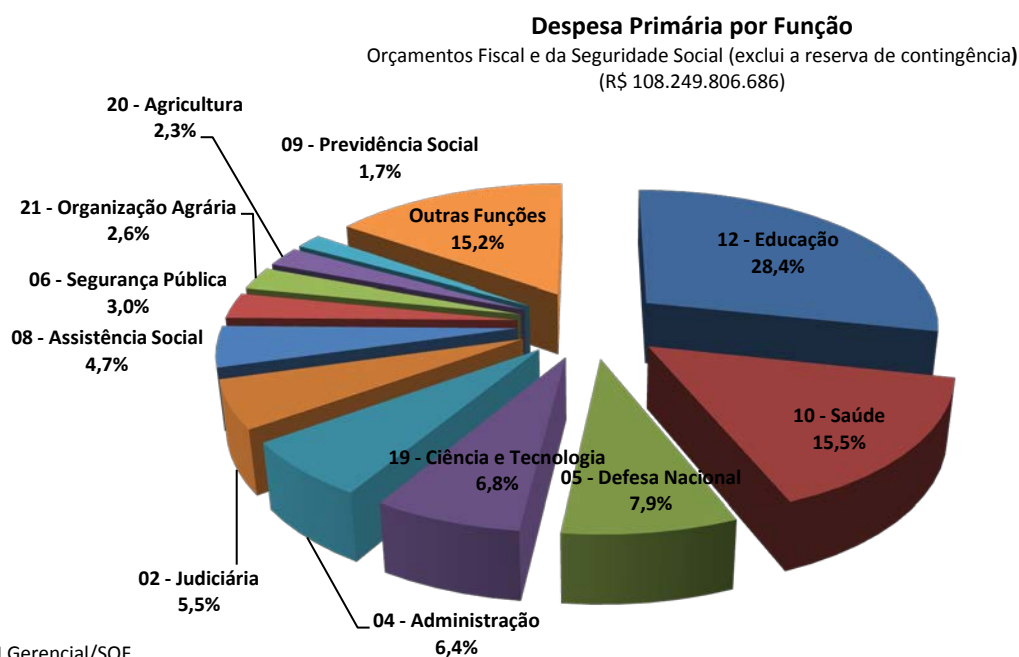
As despesas com abono salarial e seguro-desemprego correspondem a R\$ 46,5 bilhões no PLOA 2015. Esse valor equivale a 0,82% do PIB, o mesmo autorizado para 2014, conforme representado no gráfico adiante.



Fonte: BI Gerencial/SOF

### 7. Despesas Discricionárias

As despesas discricionárias dos orçamentos fiscal e da seguridade social totalizam R\$ 108,2 bilhões no PLOA 2015, excluía a reserva de contingência (GND 9), que soma R\$ 8,1 bilhões. No gráfico a seguir é indicada a distribuição desses recursos por função de governo.



Fonte: BI Gerencial/SOF.

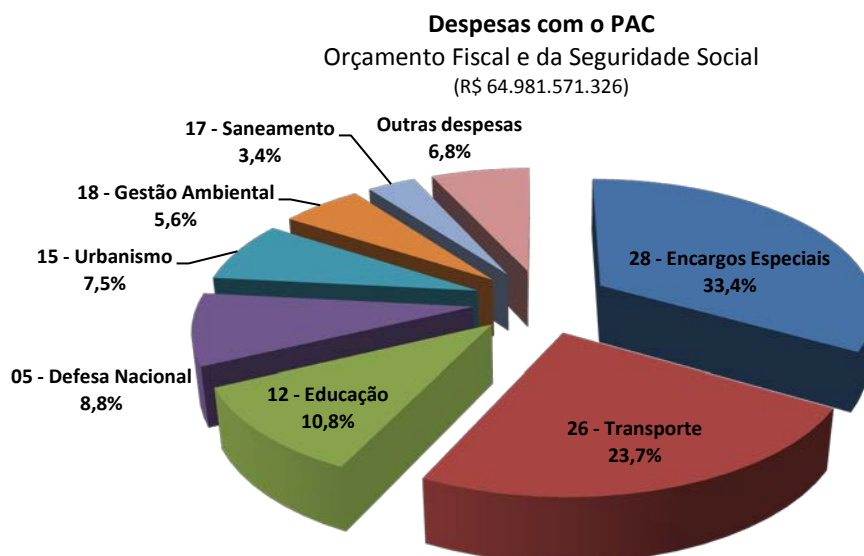


## CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

### 8. Despesas com PAC

As despesas com o PAC, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social, correspondem a R\$ 65,0 bilhões e estão distribuídas na forma indicada no gráfico seguinte, por função de governo.



Fonte: BI Gerencial/SOF.

Brasília, 04 de setembro de 2014.

Túlio Cambraia<sup>1</sup>  
Diretor da COFF (Substituto)

Luiz Fernando de M. Perezino<sup>2</sup>  
Consultor-Geral da CONORF

<sup>1</sup> Colaboradores CD: Carlos Antônio Mendes Ribeiro Lessa e Arthur Falcão Freire Kronenberger.

<sup>2</sup> Colaboradores SF: Maurício Ferreira de Macêdo, Paulo Roberto Bijos e Rafael Inácio de Fraia e Souza.



**CONGRESSO NACIONAL**Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD**ANEXO – PLOA 2015 - Despesa por Órgão (R\$ milhões)**

<b>Órgão</b>	<b>Autorizado 2014</b>	<b>PLOA 2015</b>
01000 - Câmara dos Deputados	4.954,6	5.239,9
02000 - Senado Federal	3.781,7	3.901,0
03000 - Tribunal de Contas da União	1.618,7	1.761,4
10000 - Supremo Tribunal Federal	565,2	602,4
11000 - Superior Tribunal de Justiça	1.133,8	1.228,7
12000 - Justiça Federal	9.114,6	9.766,3
13000 - Justiça Militar da União	437,2	455,2
14000 - Justiça Eleitoral	6.135,5	5.915,1
15000 - Justiça do Trabalho	15.466,8	16.246,3
16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.038,8	2.238,4
17000 - Conselho Nacional de Justiça	219,3	238,8
20000 - Presidência da República	2.153,5	2.386,5
22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10.482,3	10.470,6
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	10.017,2	9.733,3
25000 - Ministério da Fazenda	27.339,1	32.044,8
26000 - Ministério da Educação	97.914,3	101.299,7
28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2.795,2	3.212,8
29000 - Defensoria Pública da União	350,1	463,5
30000 - Ministério da Justiça	12.080,1	12.307,3
32000 - Ministério de Minas e Energia	4.865,1	4.301,8
33000 - Ministério da Previdência Social	401.505,5	450.683,5
34000 - Ministério Público da União	4.940,6	5.336,3
35000 - Ministério das Relações Exteriores	2.345,1	2.472,9
36000 - Ministério da Saúde	106.731,3	109.228,6
38000 - Ministério do Trabalho e Emprego	68.156,8	73.432,6
39000 - Ministério dos Transportes	21.451,7	19.284,4
41000 - Ministério das Comunicações	13.061,0	8.955,5
42000 - Ministério da Cultura	3.284,4	2.629,2
44000 - Ministério do Meio Ambiente	3.164,3	3.096,2
47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	17.487,0	21.174,4
49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário	5.624,4	5.588,8
51000 - Ministério do Esporte	3.264,8	2.583,8
52000 - Ministério da Defesa	75.236,0	78.804,3
53000 - Ministério da Integração Nacional	10.900,9	5.952,9
54000 - Ministério do Turismo	1.525,1	523,6
55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	68.746,6	75.422,2
56000 - Ministério das Cidades	26.660,0	27.807,5
58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura	429,0	254,7
59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	83,4	89,4
60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	10,3	11,9
61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos	344,5	342,4
62000 - Secretaria de Aviação Civil	4.019,4	5.063,6
63000 - Advocacia-Geral da União	2.740,7	2.828,1
64000 - Secretaria de Direitos Humanos	325,5	219,2
65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres	217,3	182,1
66000 - Controladoria-Geral da União	824,2	829,4
67000 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	58,1	39,5
68000 - Secretaria de Portos	1.381,8	1.104,3
69000 - Secretaria da Micro e Pequena Empresa	85,8	78,7



## **CONGRESSO NACIONAL**

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF/SF  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – COFF/CD

71000 - Encargos Financeiros da União	412.757,6	548.274,5
73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	238.750,9	244.023,2
74000 - Operações Oficiais de Crédito	54.776,8	59.453,2
75000 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	800.107,8	863.588,8
90000 - Reserva de Contingência	7.532,9	20.206,4
<b>Total</b>	<b>2.571.994,5</b>	<b>2.863.379,7</b>

Fonte: BI Gerencial/SOF